

TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: da criação do SENAI no contexto da era vargas às políticas educacionais para o trabalho

Aruanã Antonio dos Passos¹
Willian Roberto Vicentini²

RESUMO: A pesquisa tem por objetivo analisar o processo de implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em particular nos Estados do Paraná e Santa Catarina nas décadas de 1940 e 50. Dentro deste contexto, sua atuação e contribuição para a formação de trabalhadores para a indústria e serviços, entendido como parte integrante do desenvolvimento industrial nos referidos estados. Evidenciamos as relações entre o movimento de formação da indústria em desenvolvimento e as políticas públicas para a qualificação da força de trabalho e o papel do SENAI. A pesquisa investigou o contexto histórico nacional e do desenvolvimento regional e, por fim, na análise da criação e da atuação do SENAI nos dois estados baseado nos dados de seus relatórios anuais. Constatamos que a formação de trabalhadores para a indústria ocorreu num processo de associação entre capital e estado, fenômeno típico da burocracia estatal nacional e dos interesses das elites brasileiras.

Palavras-chave: Educação Profissional. Senai. Formação do Trabalhador. Era Vargas (1930-1945)

ABSTRACT: The research aims to analyze the implementation process of the National Industrial Learning Service (SENAI), particularly in the States of Paraná and Santa Catarina in the 1940s and 50s. Within this context, its performance and contribution to the training of workers for industry and services, understood as an integral part of industrial development in the aforementioned states. We highlight the relationships between the movement to train the developing industry and public policies for the qualification of the workforce and the role of SENAI. The research investigated the national historical context and regional development and, finally, analyzed the creation and performance of SENAI in the two states based on data from their annual reports. We found that the training of workers for the industry occurred in a process of association between capital and the state, a typical phenomenon of national state bureaucracy and the interests of Brazilian elites.

Keywords: Professional Education. Senai. Worker Training. Vargas Era (1930-1945).

¹ Pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: aruanaa@utfpr.edu.br.

² Doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Docente da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR). E-mail: willianvicentini22@gmail.com.

QUESTÕES PRELIMINARES: economia e política no Brasil dos anos 1930 a 1950

A constituição da chamada educação profissional é um dos capítulos fundamentais na chamada formação da classe trabalhadora no Brasil e da expansão do capital industrial. A historiografia atinente aponta a década de 1930 como marco fundamental desse processo em que as questões políticas apontaram mudanças substanciais na economia, que resultaram alterações nas relações de trabalho e na educação. Entre as mais consequentes alterações citam-se a decadência política de dois grupos da sociedade que formaram a “República Oligárquica”, a chamada “política do café com leite”; a nascente burguesia industrial; e o nascer da classe proletária urbana. É no interior desta conjuntura que se inserem as diferentes atividades voltadas para a formação do trabalhador e o SENAI, em particular. Então, ao expor o contexto gerado politicamente dos anos 1930, apresentando o quadro de uma política turbulenta, passando pelos “momentos finais” do governo Washington Luís Pereira de Souza. Os processos históricos citados do período servem de base para as análises específicas, pois todas as mudanças que ocorreram no Brasil são reflexos dos períodos de crise econômica e de guerras, ainda, de ações dos legisladores e demais componentes da política e da sociedade brasileira, afetando diretamente a Educação Profissional e a atividade laboral no país.

A exposição deste cenário (com o processo que se deu politicamente até a chegada de Getúlio Vargas no poder), dará condições para situar alguns eventos que influenciaram as decisões da burguesia industrial no período. Todo o processo é importante, significativo, pois as mudanças ocorridas buscaram colocar o país na chamada modernidade, que trouxe um aumento significativo da população e conseqüentemente, o crescimento das cidades com novas exigências, não apenas sociais, mas também educacionais. Esses conturbados anos para a política nacional, mostram-se não apenas pelos desacordos políticos, mas também pelo processo de cisão entre partidos com graves conseqüências, ainda mais por ser um país dependente economicamente das importações e do capital exterior. Entende-se que o resultado destas cisões levava a divergências, “verdades, ideias ou ideologias” que são apontadas pela historiografia como defendidas pelos políticos dos partidos Republicano,

PRM mineiro, PRP paulista e PRR rio-grandense (gaúcho), que se encontrarão nas conturbadas eleições de 1930 que envolviam toda a população (FAUSTO, 2002). Com a alteração do quadro político e social no país, buscava o Governo Federal dar conta dos vários descontentamentos da sociedade. Classe média, militares, profissionais liberais e operários estavam descontentes, com as dificuldades econômicas e o governo não estava conseguindo resolver os problemas. Multiplicavam-se os movimentos contestatórios e populares, o qual ganharam força com certas vitórias. As greves tinham força quando eram generalizadas e atingiam setores importantes do sistema econômico. A classe operária buscava se organizar sob a orientação dos sindicatos, e a luta era por melhores condições de trabalho e por salários mais dignos.

Dentro deste contexto em que as forças econômicas obrigaram o legislador a buscar alternativas diversas, Priori (2012, p. 116), analisando a questão observa: “A quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 afetou diretamente a economia cafeeira no Brasil”. Este acontecimento, levou a economia brasileira a buscar alternativas. Uma dessas foi incentivar o redirecionamento da economia brasileira para uma industrialização. Tratava-se então de criar condições para a que a indústria nacional atuasse em favor do desenvolvimento de uma economia capitalista e criasse possibilidades de desvencilhar-se da economia agrária. Todas essas questões políticas, resultam em um processo social, que se chamou “Revolução de 1930” que colocou na presidência do Brasil o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas. Responsável por uma política populista, Vargas insere mudanças que alteram o contexto político, econômico e social do país, buscou atender a interesses políticos e a um determinado projeto de nação cujo conceito divulgado era o progresso, mas que buscavam, por políticas públicas diversas, firmar Getúlio como líder incondicional da nação. Wiedemann (2018, p. 102), aponta que “a ‘revolução de 30’ é considerada, por alguns teóricos, como o ‘grande despertar’ da sociedade brasileira. Isso porque a industrialização do Brasil começa se intensificar, substituindo a dependência agroexportadora do café, como principal fonte de crescimento econômico.” Ainda refletindo a respeito do período e dentro do contexto dessas mudanças no Brasil, Curado (2013), expõe que, “A partir de 1937, com a instituição do Estado Novo, Vargas assume deliberadamente o projeto industrializante, baseado na proteção à indústria

nacional e na realização de investimentos públicos. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941 é um símbolo deste projeto.”

O Brasil de Vargas experimenta não apenas mudança política, mas serve a um projeto que justifica a promoção do desenvolvimento econômico, colocando o país diante de outra mudança, um processo de industrialização no qual está inserida a questão da modernização das cidades, com mudanças advindas da industrialização que ocorriam em contexto mundial. O novo governo tentava, dessa forma, definir o papel que assumiria nesta sociedade. É claro que não são somente esses condicionantes, são múltiplos fatores que atuaram neste social de época, um movimento, em que as diversas forças atuaram, buscando não somente implantar seu projeto de desenvolvimento baseado em seus ideais, mas também junto a este, garantir que todo esse processo se definisse como uma política de Estado que garantisse a formação desta força de trabalho para atuar neste projeto de desenvolvimento nacional, pois com isso, se garantiria para as gerações futuras um modelo de educação, de produção e de sociedade que trouxesse os benefícios para a classe dominante.

Tais benefícios, estavam atrelados a um processo de transição da economia agrícola para a industrial, em que se buscou para esta indústria a formação de trabalhadores urbanos, que atendessem ao novo modelo de produção capitalista. O quadro social do Brasil influenciava sobremaneira a necessidade de uma ampliação na formação da força de trabalho. Para tal ampliação, um dos fatores foi a grande imigração resultante da vinda de imigrantes que, fugindo da miséria e de conflitos de época, principalmente na Europa, buscavam melhores condições de vida. Não só os trabalhadores nacionais, como também os imigrantes de diversas origens que atuaram na agricultura e passavam a atuar no processo industrial, mas que demandava preparo para a atividade. Nesta questão da formação do trabalhador, insere-se uma política de Estado chamado ensino industrial, o qual se voltar para o desenvolvimento econômico com o intuito de fortalecer a economia do país. No entanto, nenhuma transição é isenta de choques e contradições. Segundo Silva (1986, p. 12):

a passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelo simples jogo das pretendidas leis naturais da economia. Ela é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado, que é a consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas.

As questões sociais se somavam, e era preciso agir, principalmente na educação, para “suscitar e desenvolver nos indivíduos um certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela unidade política e pelo meio a que o indivíduo particularmente se destina” (SENAI, 1944, p. 5). Enfatiza-se então o discurso industrializante, de formação profissional, que demonstrava a preocupação não só da classe empresarial, mas também dos gestores políticos, de qualificar o grande contingente de trabalhadores necessários para a indústria. Em relação aos Estados do Paraná e de Santa Catarina, mais especificamente tratados nesta pesquisa, eram visíveis nestes, como no restante do país, as transformações decorrentes da busca pelo desenvolvimento econômico e industrial. Apesar de estar alguns anos a frente do recorte temporal deste trabalho, pois aponta os diversos ramos de atuação destas empresas, que (em nossas análises), necessitariam de profissionais para a sua produção. Mostra-se um número grande de empresas e seus ramos de atividade, com uma pequena diferença (em quantidade), em favor do Paraná, mas que não se mostra como superioridade ou inferioridade, pois outros números apontam no quadro 19, que o número de indústrias e de trabalhadores (certos ofícios) em Santa Catarina é maior.

Ainda dentro da questão econômica no Paraná, verifica-se que já no século XIX, a economia paranaense era baseada na exportação de erva-mate, e se segue uma série de ciclos econômicos, como o Ouro, o tropeirismo, a Madeira e o Café, dentro de períodos distintos, que fomentaram a respeito do crescimento da economia deste Estado, e que se altera com suas características de produção. Em Santa Catarina, verifica-se que já no século XIX, a economia Catarinense era baseada na exportação de farinha de mandioca, havia também outros produtos, como: arroz, aguardente, café, alho, cebola, peixe seco e feijão. O milho, algodão e o linho, computavam pouco na pauta de exportações. Tal contexto nos leva a refletir a respeito deste processo da economia deste Estado, e que se altera com o crescimento de suas características de produção. Neste contexto em que vai se moldando um discurso industrializante e de formação deste trabalhador, apresentam-se como

mudanças fomentadas não somente pelos industriais, mas também pelos gestores políticos, pois (como citado), dentro deste modelo, se fazia necessário qualificar para a indústria e esta somente poderia ser resolvida com ações que desenvolvessem tal processo. Diante disso, são significativas as transformações, que ecoarão fortemente durante muitos anos neste país, resultado de um governo que buscou em diversos aspectos a consolidação de uma política de desenvolvimento econômico, colocando o país diante de outra mudança, a questão da modernização das cidades, com mudanças advindas da industrialização que ocorriam em contexto mundial, ainda, um período de organização da República Nacional, pois as lideranças políticas buscaram um equilíbrio entre aqueles que estavam no comando do país (oligarquia rural) e o grupo de Vargas que comandarão as ações políticas a partir daquele momento.

Neste sentido, estes anos da República brasileira se caracterizaram por desacordos políticos e revoltas militares e civis, ainda, a definição por parte deste governo em definir o papel que assumiria nesta sociedade. É claro que não são somente esses condicionantes, são múltiplos fatores que atuaram neste social de época, um movimento, em que as diversas forças atuaram, buscando não somente implantar seu projeto de desenvolvimento baseado em seus ideais, mas também junto a este, garantir que todo esse processo se definisse como uma política de Estado que garantisse a formação desta força de trabalho para atuar neste projeto de desenvolvimento nacional, pois com isso, se garantiria para as gerações futuras um modelo de educação, de produção e de sociedade que trouxesse os benefícios para a classe dominante.

Dentro deste contexto, a questão do fomento ao desenvolvimento industrial, estava sendo visto como alternativa para uma mudança social. A postura política liberal no processo de industrialização levava a um discurso de necessidade de formação adequada, atrelada à educação para formar um “novo trabalhador”. Um movimento que buscava atingir a toda a sociedade, gerar novos meios para produzir mais e buscar a valorização do elemento trabalhador na sociedade. O quadro econômico/social do Brasil influenciava sobremaneira a necessidade de uma ampliação da formação da força de trabalho, uma alternativa, foi a grande imigração resultante da vinda de imigrantes que, fugindo da miséria e de conflitos de época, principalmente na Europa, o qual buscavam poder desenvolver o seu trabalho em

melhores condições de vida. Outro ponto de contradição que se pode apresentar neste trabalho, é que neste período a economia se altera, e nesta mudança. A subsistência do mercado interno no Brasil do período, caracterizou-se como importante para o desenvolvimento posterior da economia do país, pois com o processo de industrialização crescendo, incenivar o mercado interno buscando substituir as importações era algo que se buscava para o Brasil. Dentro do processo econômico, político e social do país naquela época pode-se afirmar:

um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. [...] 1 - A atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2 - A atuação social, tendente a dar um tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3 - O papel central atribuído as forças armadas - em especial ao Exército - como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna. (FAUSTO, 2002, p. 327).

Neste período o país sofreu várias consequências tanto das mudanças políticas, quanto dos processos da guerra e da imigração. A economia baseada na cafeicultura de exportação é ponto a ser levado em consideração, ainda os grandes fazendeiros tinham um grande peso na política, algo que se busca alterar com a posse de Vargas. Fausto (2002, p. 328) cita que “as transformações apontadas não ocorreram da noite para o dia, nem corresponderam a um plano de conjunto do governo revolucionário, elas foram sendo realizadas ao longo dos anos, com ênfase maior neste ou naquele aspecto”. Neste sentido, a atuação de Vargas em fomentar e ofertar ao empresariado industrial a gestão do processo que culminou na política de Estado chamada “SENAI”, se relaciona diretamente com o tema e o objeto desta pesquisa, e Vargas, se insere por ser considerado como o condutor do processo de inserção de políticas públicas voltadas ao ensino profissional, pois a partir de seu governo ocorreram grandes alterações no desenvolvimento industrial e na formação da força de trabalho para atender a uma futura demanda. Neste sentido,

a figura de Getúlio Vargas é, certamente, uma das mais controvertidas da história do Brasil republicano. A partir dos anos 30, quando começa a projetar-se na política nacional como chefe da revolução que pôs fim à república oligárquica, as imagens progressivamente associadas a Vargas são as mais contraditórias possíveis. Tal controvérsia não se restringe às suas características de personalidade enquanto líder político, mas adquire maior alcance, ao envolver questões mais amplas, tais como seu real papel histórico, o significado político de seus governos (PANDOLFI, 1999 p.21).

Um dos principais aspectos do governo Vargas foi a política trabalhista, inovadora em relação ao período anterior, com esforços de organização da classe trabalhadora que se apresentava fora do controle do Estado. O governo getulista apresentou uma política governamental específica, principalmente com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Dentro desta questão voltada ao trabalhador, a Constituição de 1934 traz a criação de um salário-mínimo para atender as necessidades do trabalhador, o que só foi regulamentado depois de anos pelo Decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938. Conforme Fausto (2002, p. 375), “a construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma pelo recurso a várias cerimônias e ao emprego intensivo dos meios de comunicação. Dentre as cerimônias, destacam-se as comemorações de 1º de maio, realizadas a partir de 1939 no estádio do Vasco da Gama, em São Januário – o maior estádio do Rio de Janeiro da época. Somente em 1944 as comemorações se deslocaram para o Pacaembu, em São Paulo. Nesses encontros, que reuniam grande massa de operários e o povo em geral, Getúlio iniciava seu discurso com o famoso ‘Trabalhadores do Brasil’ e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social”. O governo Vargas atua na questão trabalhista, organizando em maio de 1939 a Justiça do Trabalho, que tinha nas Juntas de Conciliação e Julgamento seu órgão de atuação. Ainda se criou em junho 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), buscando ampliar a legislação trabalhista. A entrada de Vargas no poder promoveu várias mudanças, apesar das divergências políticas continuarem ocorrendo, com planos econômicos, a instalação de um processo industrial e um programa de nacionalização. Vargas ficaria na memória da classe trabalhadora como aquele que ouvia os mais pobres e que implantou a Consolidação da Leis do Trabalho. Trabalho e formação para o trabalho são fundamentais dentro de um processo de desenvolvimento. Dentro destas questões políticas, as tais mudanças completaram um

conjunto de situações em uma sociedade que recebeu alterações tendo como fomento, as ações políticas voltadas para a industrialização e o trabalho, gestados como elemento para desvincular o povo da pobreza, existindo “no cerne, uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização” (GOMES, 1999, p. 55). Aquele momento político era de mudanças e foi neste contexto que tais ações se efetivaram, apresentando alterações diversas que resultaram em políticas de formação de trabalhadores urbanos, e, posteriormente de certa política de educação profissional financiada pelo estado.

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL ENTRE 1930 e 1954

No contexto de mudanças pelo qual passava o Brasil, a legislação apresentou uma nova maneira de encaminhar a formação para o trabalho e as questões do trabalho em geral no país. A educação se molda em face ao desenvolvimento industrial, apresentando ações em diversas esferas, tanto em nível nacional quanto estadual, sempre seguindo as orientações do Governo Federal. Portanto, uma formação para a indústria e serviços, já que deveriam ocorrer mudanças no sistema fabril de produção, instituindo nova maneira de pensar e agir no tocante à produção. Nesse contexto, a relação capital e trabalho se fortaleceu, desdobrando-se na criação de instituições específicas, que atendessem a formação para o trabalho. Cunha (2005b, p. 3) cita que “o conhecimento da montagem de um formidável aparato educacional destinado à formação da força de trabalho industrial, especialmente do SENAI, por iniciativa governamental, exige a compreensão dos padrões especiais de articulação entre as esferas pública e privada – o corporativismo”.

Como citado, a relação educação e trabalho fabril aparece mais fortemente a partir da década de 1930, com o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização no processo chamado substituição de importações em que o país se viu tendo que produzir, pois a já citada crise de 1929 e a Guerra prejudicou as importações. A educação profissional, ou ensino profissional, já constituía preocupação governamental desde o período imperial, mas tornou-se mais efetiva após a entrada de Vargas no poder,

com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, quando são centralizadas as decisões referentes ao ensino. A forte intervenção governamental em relação às condições de oferta do ensino profissional, tiveram como intenção a de sanar as brechas deixadas pela oligarquia do café e a necessidade de formar uma classe de operários brasileiros. É claro que havia o interesse da classe industrial em formar um trabalhador que atendesse aos interesses daqueles que comandavam a indústria, um operário de nacionalidade brasileira, fato que é citado por Cunha (2005b, p. 3), em que:

os empresários e os operários configuram-se como atores políticos pela via do Estado. O empresário, em especial o empresariado industrial, utilizou-se da via corporativa como um canal de instrumentalização de seus interesses, participando ativamente dos conselhos e comissões consultivas criados na década de 1930, contribuindo para a formação de uma coalizão favorável à implantação do capitalismo industrial. [...] Em contraste, a inserção do operariado na estrutura sindical corporativa foi precedida pelo desmantelamento de suas organizações autônomas criadas nas duas primeiras décadas do século. Assim, o operariado foi primeiramente submetido a um severo controle, mediante a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho.

As pesquisas apontam para a criação de instituições resultante de negociações entre o governo e dirigentes industriais, em que o Estado se colocava como um intermediário entre os empresários e os trabalhadores, buscando fomentar o processo educacional. Havia por parte do governo e dos empresários da indústria o objetivo principal de preparar uma força de trabalho mais bem capacitada, de acordo com os interesses empresariais. Segundo o Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950 (p. 401), do total nacional de 74.133 matrículas no Ensino Industrial, no Paraná matricularam-se 1.184 alunos (1,6%) e em Santa Catarina, 677 alunos (0,91%). Números ainda relativamente baixos para um país que buscava a industrialização. Ainda, para justificar a criação de escolas de formação de operários no Brasil, concorreu a situação em que se encontravam os trabalhadores estrangeiros:

os laboriosos imigrantes, ao contrário do que poderia supor a burguesia, não se submeteram facilmente à exploração fabril e às más condições de vida e de trabalho. Sem qualquer direito trabalhista, esse proletariado ainda enfrentava uma gradativa redução salarial, resultado tanto de um mercado de trabalho cada vez mais saturado pela presença da mão-de-obra feminina e infantil, como de êxodos rurais decorrentes da crise cafeeira do início do século XX, sem contar com os avanços técnicos da indústria, que diminuían o número de postos de trabalho. (HARDMAN; LEONARDI, 1991 apud AMORIM, 2004, p. 22).

Nesse contexto o ensino industrial tomou força, destacando o elemento de contradição, uma classe operária vinda da Europa com ideologia própria, e no Brasil a necessidade de formar a crescente massa de trabalhadores que atendessem as exigências dos industriais; era preciso, portanto, disciplinar. Vargas promulga decretos e leis que visaram a fomentar cursos profissionalizantes no país. É o caso do Decreto nº 6.029, de 26 de julho de 1940: “Art. 1º Fica aprovado o regulamento, que a este decreto acompanha e vai assinado pelos Ministros de Estado da Educação, e Saúde e do Trabalho. Indústria e Comércio, para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais criados para cumprimento da obrigação decorrente do art. 4º do decreto-lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939”. Tais ações visavam a formatação de um ensino profissional, e a Lei Orgânica do Ensino Industrial veio modificar, por completo, o panorama vigente. Daí por diante aquele ramo de ensino teria unidade de organização em todo o território nacional. A referida Lei buscava estabelecer as bases da organização e o regime desta forma de ensino, e destinada à preparação profissional dos trabalhadores da indústria. O pensamento da classe industrial entendia que existira até então um compartimento estanque no conjunto da organização escolar do país, que as mudanças educacionais, levavam a um novo horizonte, em que a população (na visão destes industriais liberais), tivesse na educação uma oportunidade de mudar de vida, com o acesso ao modelo de formação proposto. Neste contexto de formação, a educação [como citado], recebe mudanças diversas, em que se inicia uma política de Estado voltada a formar trabalhadores para atender as mudanças na indústria.

Pode-se afirmar sobre este período histórico que os debates educacionais foram decorrentes do efetivo crescimento da urbanização e, conseqüentemente, do fomento à industrialização, que exigiu uma reformulação no processo de formação de trabalhadores

urbanos dentro do projeto estabelecido pelos industriais e pelo governo. Dentro das questões voltadas no processo de formação de trabalhadores, a educação para o trabalho se mostra mais inserida nas políticas públicas e na atuação dos industriais, pois com a indústria em desenvolvimento (como no caso do Paraná e de Santa Catarina), o crescimento da indústria exigia trabalhadores com preparação para ocupar os postos que vinham sendo gerados. Neste contexto de formação, surgiram diversas ideias e políticas para a educação para o trabalho pós-1930. Para tal, as reformas Rocha Vaz, de 1925, e a Francisco Campos, de 1931. Seus idealizadores (legisladores ou não) tinham como pressuposto que o ensino deveria mudar as mentes dos componentes da sociedade, numa forma de crescimento moral, fazendo com que pudessem ter uma maior participação na sociedade. Romanelli (2003, p. 14) comenta sobre o período: “a contar de 1930, o ensino expandiu-se fortemente, por causa do crescimento sensível da demanda social de educação”.

As pesquisas apontam que no período, a defasagem educacional era grande, a mudança econômica fomentada pelo governo necessitaria criar uma estrutura educacional de formação para o trabalho, mas também junto a esta, um fomento na geração dos meios para a subsistência da população, meios pelos quais a população trabalhadora tivesse acesso a uma vida melhor. Cunha (2005a, p. 87): “em 1931 foi criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, pelo Decreto n. 19.560, já no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, do qual passaram a fazer parte as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), até então sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio”. Pelo Decreto nº 24.558, de 1934, essa Inspetoria foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional, subordinada diretamente ao Ministro da Educação. A reforma no campo da educação criou o Ministério da Educação, em que se buscou uma integração nas diversas esferas dos sistemas educacionais, em que assumiu em 1930 como ministro Francisco Campos e em 1934, Gustavo Capanema. Com tais medidas, o Brasil busca alterar a relação entre a formação para o trabalhador e as questões da acumulação do capital gerado pela cafeicultura, que fomentava o processo industrial e levava a fortes mudanças na sociedade.

Referente a este fato, em que a agricultura dá espaço para o processo industrial, se instauram mudanças, as quais, Caio Prado Junior (1986, p. 264), nos mostra que: “Aqueles que tem capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir

fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente. Alguns obtiveram grandes lucros na lavoura, particularmente do café.” O café no Brasil, se apresentou como um produto de grande vulto comercial, que se mostra em Bossle (1988, p. 32), apontando que: “parece não haver dúvida, após tantos debates em torno da questão café-indústria, de que a economia integrada ao complexo da produção de café transferiu os recursos reais da sua produção para a indústria.” É claro que no caso dos Estados do Paraná e Santa Catarina, havia uma diversidade de produtos que compunham a economia desses estados. Para oferecer perspectivas para a população, que se mesclava e se fundia com a vinda de imigrantes, era preciso que os legisladores aprimorassem suas ações. Sobre a Educação Profissional, o quadro abaixo mostra o número de jovens em processo de escolarização e a porcentagem deles em idade escolar matriculados no ensino ginásial e colegial. A referida faixa etária se mostra próxima à idade dos alunos que frequentam os bancos escolares do Senai. Os dados acima são interessantes pois contribuem com as nossas reflexões, pois ao refletir sobre estes e que os números são pequenos (mesmo se alterando em uma década), mostram a realidade do ensino no Brasil naquele período. Um período de pós-guerra, em que muitos jovens deveriam estar se dedicando ao serviço militar.

Tal análise é bastante interessante para este trabalho, pois mostra a situação do ensino dentro do recorte temporal pesquisado. A educação sofria baixo aproveitamento das vagas na educação formal. Romanelli (2003, p. 103) cita que “a luta pela escola no Brasil, desde o momento em que passou a crescer a demanda social de educação, assumiu o caráter de verdadeira luta de classes”. Ao apresentar um contexto da legislação educacional do período, verifica-se como foi a atuação dos legisladores na educação formal e na questão da formação para o trabalho. Pode-se dizer que a educação passou a ser considerada um fator fundamental no tocante ao desenvolvimento industrial do país. Para fomentar as mudanças educacionais, Francisco Campos, ao tomar posse no Ministério da Educação e Saúde Pública, baixou sete decretos, que ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos de 1931. Acredita-se que as referidas políticas, atendiam ao projeto do governo Vargas, buscando tratar a educação em termos de uma questão social, o qual deveria haver a regulamentação destas em forma de decretos-lei. Sobre as mudanças educacionais no período, pode-se verificar, que na Constituição de 1934.

Diferentemente da Constituição de 1934, a Constituição de 1937, traz em seu corpo menção a Educação Profissional. Continua [como em 1934], firmando o papel do Estado no que se refere a apontar no auxílio ao desenvolvimento das ações de fomento ao processo educacional. Observa-se então, na Constituição de 1937 a menção à educação profissional, nos artigos 128 ao 134. A Constituição de 1937, segundo Romanelli, “restringiu muitas das concessões feitas em 1934, mantendo, porém, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino, mesmo que numa perspectiva excludente no que se referia ao ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas” (2003, p. 153). Políticas voltadas para a educação profissional fizeram parte das pautas governamentais em vários momentos da sociedade brasileira; duas são aqui apresentadas: uma ao final do século XIX, a criação dos Liceus de Artes e Ofícios em 1873, atuando até os nossos dias; e no início do século XX, as já citadas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, que funcionaram até 1942. O Governo Federal legislava em favor da criação de Instituições que tratavam da educação profissional, são várias fomentadas desde o Império até o governo Vargas. Além das duas citadas outras iniciativas do Governo Federal serão tratadas dentro deste trabalho, pois elas representam um marco inicial no que se refere a políticas públicas para a formação de jovens para o trabalho. Sobre a implantação das escolas, e dentro do contexto a se tratar, ainda, buscando esta como uma alternativa no tocante a formação de jovens para o trabalho, aponta-se Soares (1981, p. 1-2), que comenta a maneira de pensar de Nilo Peçanha em relação à formação profissional.

Buscando ressaltar e relacionar a forma de pensar na época em relação a questão do trabalho apresentada no Relatório anual do SENAI de 1944 (p. 5), aponta as palavras e (como citado), a maneira de pensar do gestor do SENAI, registradas, referendariam tal formação. Para entender um pouco mais do pensamento de Flausino Mendes na gestão do Senai do Paraná e Santa Catarina nos anos de 1944 a 1962, no que se refere ao processo na formação de seus alunos, explicita-se, utilizando Plapler (2015), “o Pragmatismo de John Dewey: de nada serve aos estudantes utilizar o intelecto para memorizar teorias que não são vinculadas à prática”. Prosseguindo a abordagem da educação profissional este modelo educacional se mostrou mais efusiva no Brasil, é claro que o tema ao se tornar ação do governo por meio de política pública, gera um pensamento de união pela educação, mas que

aos nossos olhos, instituem-se dois lados distintos, o da educação para a elite e a educação para o trabalhador. E é nesta relação (trabalho e educação), que se busca apontar elementos para a construção desta escola que forma para o trabalho, que tem seu papel pautado nas reformas e no pensar da classe industrial, que se utiliza das políticas públicas para definir os destinos de muitos, atrelando a esta questão a produção e comercialização de bens e serviços.

Dentro deste contexto em formar a força de trabalho, apontamos em Cunha (2005a, p. 194) que, “o regime federativo da República possibilitou a realização de iniciativas por certos governos estaduais que, ao lado das iniciativas federais, desenharam um novo mapa para o ensino profissional no Brasil”. A escola, portanto, passa a ser o instrumento de excelência para viabilizar (neste processo de formação) o acesso a esse tipo de atividade; como a indústria, os ofícios devem ser aprendidos e assimilados no processo de qualificação específica. Com a introdução da maquinaria (trabalho intelectual materializado) esta passa a executar a maior parte das funções manuais, exigindo uma formação diferenciada. Então pode-se presumir que havia no período Vargas, uma tendência ao fomento na criação de instituições voltadas para a formação profissional. Romanelli (2003, p. 26), cita que na perspectiva social, a educação escolar é uma necessidade que gera “uma demanda capaz de determinar uma oferta”, e é esta oferta que a educação profissional no Brasil deverá fornecer à sociedade nos anos seguintes à formação.

Nesta perspectiva, a educação para o trabalho, as políticas públicas de época não atendiam as demandas sociais, as ações gestadas são elementos de debate. Cunha (2005a, p.206) nos mostra que, “com o ensino profissional obrigatório o que ele esperava era fazer de cada brasileiro ‘um fator de efetivo valor social e econômico’, pela via da preparação de trabalhadores intermediários [...]”. Neste ideário de mudança pela educação, um dos principais elementos de organização de uma sociedade é sua lei maior, a Constituição, observada novamente como apontando meios pelos quais a sociedade se formatava e era conduzida, por meio das políticas públicas, defendidas pela classe industrial no tocante a educação profissional no período chamado Estado Novo (1937-1945). Mario Amorim (2004, p. 16-17) expõe que: “partindo-se da constatação de que se tratava de uma escola voltada para a classe trabalhadora, situação especificada inclusive na legislação, e de que a Lei

Orgânica de 1942 definia o ensino profissional como de Grau Médio e não mais de Grau Primário, já se pode aferir a pretensão de qualificar tal ramo de ensino”.

Fomentando-se assim as mudanças educacionais, esses industriais conseguiram a regulamentação das propostas de ensino profissional no Brasil, tendo como ponto inicial a reforma Capanema de 1942, que também recebeu o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Essa reforma estruturou o ensino profissional e a criação do SENAI. Assim, efetuando uma reflexão a respeito dos temas abordados entende-se que com a implantação do Estado Novo, este veio a se definir os meios e o papel que a educação profissional deveria realizar no projeto de nacionalidade que o Estado almejava, dando um novo viés para o processo de formação profissional. Foram ideias transformadas em leis, que atuaram diretamente na questão educacional e na formação de trabalhadores no país. Ainda neste processo em fomentar a educação (neste bojo de ideias), se somam a instalação de Instituições que buscaram (dentro de uma linha ideológica), implantar uma metodologia específica aplicada a este modelo de educação para o trabalho.

SISTEMA “S” E SENAI: treinamento e formação profissional

A implantação do Sistema “S”, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A criação do SENAI, em 1942, e do SENAC, em 1946, marcou o início e a oficialização, pelo Estado, da transferência para o setor privado da responsabilidade pela formação e qualificação da força de trabalho necessária para o crescimento da indústria, tendo em vista que o Estado não tinha recursos para equipar adequadamente as suas escolas profissionais. O Sistema “S” é chamado assim por sua composição, pois é formado por Instituições Corporativas que objetivam o treinamento profissional, lazer, consultoria e saúde dos trabalhadores, que conta com uma rede de escolas, laboratórios e centros tecnológicos espalhados por todo o território nacional.

Dentro da gama de oferta de cursos gratuitos, também existia oferta de cursos pagos, geralmente com preços mais acessíveis do que os oferecidos por instituições particulares de ensino. Formadas pelo conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o

treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, além de terem seu nome iniciado com a letra “S”, as instituições têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do Sistema “S”: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Muitas destas Instituições foram gestadas fora do recorte temporal de nossa análise, mas estão citadas aqui como um complemento, porque incorporadas ao Sistema ‘S’. O Sistema “S” buscava atuar junto ao Poder Público obtendo suas receitas da parte pública e da parte privada. Integram o sistema instituições relacionadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e à Confederação Nacional do Comércio (CNC). Cunha (2005b, p. 51) aponta um elenco dos “ofícios qualificados nos diversos grupos industriais”, regulamentados pela Portaria nº 470, de 7 de agosto de 1946, após a aprovação do Ministério da Educação:

Indústria da alimentação – padeiro e confeitoiro; açougueiro e salsicheiro.
Indústria de vestuário – sapateiro, alfaiate, bordadeira, chapeleira e costureira.
Indústria da construção civil e mobiliário – carpinteiro, marceneiro, torneiro de madeira, entalhador, tanoeiro, segeiro, vimeiro e tapeceiro estofador, pedreiro, estucador, marmorista, canteiro, instalador de águas, esgotos e gás, pintor.
Indústrias de fiação e tecelagem – gravador têxtil, fiandeiro de algodão, lã, seda ou linho, fiandeiro de lã, fiandeiro de linho, juta e outras fibras, tecelão de tecidos em geral e tecelão de malharia.
Indústria de artefatos de couro – seleiro (incluindo correeiro e maleiro), marroquineiro, luveiro, peleteiro.
Indústrias de joalheria e pedras preciosas – cinzelador, joalheiro, lapidário, relojoeiro.
Indústrias químicas e farmacêuticas – laboratorista.
Indústrias gráficas – compositor manual, mecanotipista, impressor, litógrafo, fotografoador, gravador, encadernador, dourador.
Indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana – vidreiro, lapidador de vidros e cristais, decorador de vidro, modelador ceramista, moldador ceramista, torneiro ceramista, decorador ceramista.
Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico – ajustador, serralheiro, latoeiro (funileiro), caldeireiro, ferreiro, mecânico de automóveis, mecânico de refrigeração, mecânico de manutenção, ferramenteiro, retificador mecânico, torneiro mecânico, frezador, fundidor-

moldador, modelador de fundição, soldador, mecânico-eletricista, mecânico de rádio, eletricitista-instalador, mecânico de instrumentos, mecânico de tubulações. Transportes marítimos e fluviais – carpinteiro naval.

As ações apontadas até este momento levam a uma reflexão em torno do processo escolar voltado para a formação profissional. A pesquisa aponta que diante das tais mudanças, a implantação do “Sistema S” se volta ou fomenta ações características deste processo de mudança nas questões escolares, ou ainda, na escolarização da educação formativa de profissionais para o trabalho. Tais ações se mostram no modelo de educação gestada pelo SENAI, a busca da educação para o trabalho dentro do formato estabelecido pelas forças econômicas, que de sobremaneira com a ação do Governo Federal, implantaram tal instituição, que se passa a apontar e debater, o SENAI. Dentro da reflexão apresentada, um dos pontos para nosso debate, é de como se utilizou de uma instituição de ensino, para implantar e impor as ideias da burguesia industrial no processo da criação de escolas que atuaram e atuam, na formação para a indústria e que atenderam ao pensamento liberal industrial, no que tange às necessidades da formação para o trabalho, tendo em vista as mudanças econômicas, políticas e sociais pelas quais o país passava. O SENAI se caracteriza como uma instituição de direito privado, organizado a partir dos interesses de empresariado industrial, ligado a Confederação Nacional da Indústria, buscando atuar em todos os Estados do Brasil na formação de trabalhadores. Sua criação complementou o processo político aberto com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930. Neste processo da criação de Instituições de formação do trabalhador no Brasil, o decreto-lei no. 1.238, de 2 de maio de 1939, trazia em seu texto a obrigatoriedade de as fábricas com mais de 500 empregados, “que deveriam ficar obrigados e fornecer aprendizagem s empregados menores e aperfeiçoamento profissional a trabalhadores adultos.” (LOPES, 1992, p. 38).

Tal debate, se apresentava na questão dos 500 empregados, em que se buscava um acordo neste número. Ainda dentro desta questão, debatia-se que as indústrias teriam que arcar com os custos desta formação. Para buscar uma solução, Lopes (1992, p. 38), nos mostra que “foi portanto, uma solução inteligente, justa e adequada, a criação do SENAI como uma grande cooperativa de empresas, de qualquer tamanho, para organizarem juntas

um sistema de formação profissional, sujeitas todas elas às mesmas obrigações.” Destaca-se na reportagem a obrigatoriedade que os industriais tinham em efetuar a matrícula de seus trabalhadores menores e aprendizes no ano de 1943, o qual estavam sujeito a multa, caso não o fizessem. Pode-se apontar uma forma de coerção, justificada em nome do desenvolvimento industrial para o país? No que se refere à criação do SENAI, o decreto não apenas transformava as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs) em Escolas Industriais e Técnicas (EIT), mas também iniciava um novo momento na formação de trabalhadores para a indústria, fazendo com que se vinculasse o ensino industrial com a estrutura do ensino geral no país.

Em 1941, Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, presidentes respectivamente da CNI e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), sugeriram ao presidente Vargas que a responsabilidade pelo ensino industrial ficasse a cargo das federações empresariais. Aceita a sugestão, o SENAI foi criado e seus recursos seriam garantidos pela contribuição compulsória de todos os estabelecimentos industriais do país, correspondente a 1% de sua folha de pagamento.

Ainda, referente a instalação do SENAI no Brasil [o qual é mostrado Roberto Mange como diretor, e se vê na obra “De Homens e Máquinas”], mostra-se uma passagem que ilustra a relação da instituição com o poder público. Segundo Mange (1991, p. 79):

As articulações do grupo industrialista foram minuciosas e não cuidaram apenas de buscar o apoio do Estado, no que se refere a subsídios, incentivos e levantamento de capitais para a expansão do parque industrial. Desde o início, essas lideranças estiveram sintonizadas com a necessidade de investir em educação, visando à formação de mão-de-obra qualificada. Foram esses mesmos homens que cultivaram contatos ou participaram diretamente das gestões para adequar o sistema educacional às necessidades da nova ordem econômica que se implantava no país. Era, pela via da educação, uma outra face da modernidade que chegava ao Brasil. Roberto Mange não estava alheio a esse movimento. Como professor da Politécnica [...] interessava-se em acompanhar as mudanças nos procedimentos e nas novas propostas educacionais, tanto aqui quanto no exterior [...].

Getúlio Vargas buscava, com sua política educacional, forjar um alicerce na formação profissional, Pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, era criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários. Weinstein (2000, p. 19) observa:

em 22 de janeiro de 1942 Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Quatro anos e meio depois seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra, ainda atuando no âmbito constitucional do Estado Novo criou o Serviço Social da Indústria (SESI). Nenhum dos dois eventos foi comemorado com pompa ou banda de música, mas ambos representam importantes progressos na área da política social brasileira. Esses acontecimentos eram não apenas novos mas também incomuns, uma vez que ambos os órgãos seriam financiados e administrados mais por associações de industriais que pelo estado que os criara.

No que se refere a formação e ao papel do SENAI no período de sua criação e em tempos de guerra, é citado no livro *Histórias e Percursos* (CNI/SENAI, 2002, p. 26):

como decorrência disso, em 21/11/1942, os estabelecimentos de ensino industrial foram transformados em centros de produção industrial, definindo-se aí, pelas mesmas razões, as bases de organização do ensino industrial de emergência (decreto-lei nº 4.983). Do mesmo modo, três meses depois, o Decreto-lei nº 5.091 definia, legalmente, o conceito de aprendiz, que passou a ser o “trabalhador maior de catorze anos e menor de dezoito, sujeito a formação metódica do ofício em que exerça a sua atividade.”

O SENAI atua em todo o Brasil, atendendo à política de formação de trabalhadores para a indústria e serviços. Como citado, Roberto Mange tem uma grande parcela no processo de criação da instituição, sendo também atuante para a oferta de diversos cursos técnicos, como os cursos para ferroviários, e teve grande presença na defesa da educação profissional. Busca-se com a citação acima, apontar a relação entre o governo federal e os empresários ligados a indústria. Ligação esta que nos leva a indagar, como se deu o processo de implantação e gestão de uma instituição nacional num país tão grande; ainda, qual o reflexo para os trabalhadores e para aqueles que necessitavam de formação para essa indústria em transformação. Pode-se refletir a respeito dessa escola nacional de formação dos trabalhadores, gestada a partir do fomento a uma política ideológica/econômica, envolvendo todo o país. Uma das contradições a serem expostas daquele processo de implantação é a ação de Vargas na implementação de políticas para a industrialização: existia o fomento à introdução de políticas para a formação de trabalhadores, mas, em contrapartida, existia também a imposição de um forte aparelho repressivo aos movimentos liderados pelos trabalhadores, um discurso ideológico arrebatador em uma sociedade confusa e

contraditória. Os empresários estavam articulados em seu projeto de formar trabalhadores com uma mentalidade que atendessem aos interesses dos industriais. Roberto Mange torna-se importante neste processo, tendo como ponto inicial o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), ou seja, Mange se destaca como aquele que representava os interesses da classe industrial, tendo interesses na administração taylorista do trabalho.

A criação do SENAI, em 1942, seria uma solução para o problema em questão. A instituição serviria para impulsionar o processo de industrialização pretendido pelo Governo Federal. “O SENAI foi criado com o objetivo de organizar e administrar escolas de aprendizagem em todo o País, além de preparar aprendizes menores dos estabelecimentos industriais” (ROMANELLI, 2003, p. 166). Salienta-se nos escritos de Lopes (1992, p.48), que: “o SENAI nasceu há quase duas décadas, como um dos instrumentos do processo da industrialização do país. Não bastava a crescente aquisição de máquinas. Urgia ampliar-se a nossa capacidade de preparar homens para operá-las [...]”. Ainda se pode apontar em Machado (1982, p. 39) aponta que “a criação do SENAI [...], além da já assinalada inspiração corporativista, evidencia com precisão o quanto se tornava premente, naquele momento, a formação de mão-de-obra especializada”.

De início, logo após as primeiras medidas do Governo Federal que regulamentaram o SENAI, coube aos industriais envolvidos na instituição organizar todo o sistema que serviria de alicerce para a aprendizagem industrial no Brasil. De acordo com o Relatório SENAI/DN, de 1944, o Departamento Nacional do SENAI iniciou suas atividades pela organização do indispensável aparelho administrativo, sendo criadas, sucessivamente, as Divisões de Administração, de Serviços Legais, Técnica e de Ensino, às quais foram atribuídas as diferentes atividades do Departamento. O Decreto-Lei de criação do SENAI nos leva a refletir sobre as consequências deste na sociedade, em que se insere uma nova concepção de formação para o trabalho, que se moldará em torno de princípios autoritários e liberais, mas apresentando uma visão para a sociedade de formação que atendesse a todos, contribuindo com o desenvolvimento não só pessoal do trabalhador, mas também com o desenvolvimento do país. Deste modo, insere-se este com a finalidade de atender às atividades industriais e com a criação das regiões administrativas. Dentro deste contexto da criação do SENAI, Lopes (1992, p. 64) observa:

Gustavo Capanema conseguiu, contudo, prender, de certa forma, as atividades do novo órgão ao seu Ministério, pois o decreto (4.048), apesar de afirmar taxativamente, em seu artigo 3º, que o SENAI seria organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria, esclarecia que sua organização constaria de um regimento apresentado ao Ministério da Educação por aquele órgão de classe.

No ano de 1942, a estrutura do SENAI foi montada em dez distintas regiões, o que possibilitou à Instituição contar com um sistema administrativo bem organizado, apesar dos muitos ajustes e acertos que sofreria nos anos vindouros. É claro que existem os meandros da criação do SENAI que estamos analisando com a pesquisa, mas pode-se destacar mais uma delas:

Editado o decreto-lei que criava o SENAI, nem assim podia a Confederação Nacional da Indústria, à qual havia sido confiada a organização e direção da nova entidade, tomar qualquer providência para cumprir seu mandato. Havia apenas um decreto-lei que obrigava os estabelecimentos industriais a pagarem uma contribuição mensal para montagem e custeio de escolas de aprendizagem para industriários e estabelecia algumas regras em torno do assunto.

Refletir e debater a respeito desta instituição é o que nos leva neste momento, em que são muitos os pontos que nos prendem a atenção. Sabe-se que o SENAI é fruto de uma parceria público-privada e que sua implantação é fruto do desejo da classe industrial em formar trabalhadores para a indústria e demais serviços em um país que se expandia industrialmente. Fruto desta parceria que foi exposta acima na forma de Decreto-Lei, ou seja, acredita-se que com esta, o Governo Federal estava fazendo a sua parte, que daquele ponto em diante, seria a parte dos industriais e de como estes iriam organizar e gerir o SENAI na busca de atingir aos seus objetivos. Nesse sentido, fomentou-se a implantação e o crescimento de sistema educacional e de uma instituição que se estruturou em todo o país, que buscou ter não apenas a produção como foco principal e o fomento na formação de trabalhadores, mas também criar uma rede, um sistema que atingisse todo o país de maneira uniforme, atuando dentro dos princípios regidos pelas suas próprias regras. O Sistema “S” e o SENAI, foram na sua criação, uma maneira do Estado repassar para essas mãos a formação do trabalhador, e conseqüentemente, o capital gerado com a produção destes trabalhadores.

O surgimento, implementação e desenvolvimento da educação profissional no Brasil é um caso fundamental do alinhamento dos interesses do capital e do Estado que merecem ser analisadas, já que esta associação (capital/Estado) é um dos elementos estruturantes do capitalismo moderno.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Mario Lopes. DA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA À ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ: Projeto De Formação de uma Aristocracia do Trabalho (1942-1963). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Educação, 2004.

BOSSLE, Ondina Pereira. HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO CATARINENSE: das origens à integração n o desenvolvimento brasileiro. Florianópolis. CNI/Fiesc, 1988

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: Editora da Unesp, 2005b.

_____ O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. 2^a. ed. – São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: FLACSO, 2005^a.

CNI/SENAI. HISTÓRIAS E PERCURSOS: o Departamento Nacional do Senai 1942-2002. Ed. Brasília, 2002.

CURADO, Marcelo. INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: uma análise do pensamento econômico brasileiro. Artigo. Economia e Sociedade Print version ISSN 0104-0618. Econ. soc. vol.22 no.3 Campinas Dec. 2013 <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300002 &lng = pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300002&lng=pt&tlng=pt)> acesso em 08 de janeiro de 2021.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 10^a. ed. – São Paulo. Edusp, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In **PANDOLFI, Dulce Chaves (Org).** Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. FGV, 1999.

GORDINO CABAS, Antonio. Et All. Paraná, o século, o asilo. Curitiba. Criar Edições, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis. Cidade Futura, 2002.

IBGE: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro. IBGE. **NOTAS**: Vol. 1 (1908/1912) editado pela Directoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e publicado em 3 volumes. Suspensa de 1913-1935. O vol. 1 compreende o período de 1908 a 1912, o vol. 5 de 1939 a 1940, o vol. 6 de 1941 a 1945 e o vol. 48 de 1987 a 1988. 1938 – Separata: Anuário estatístico do Distrito Federal. 1967 e 1971- Separata do Serviço de Estatística da Educação e Cultura : Situação cultural.1989 – Suplemento. 1992 – Reimpressão revisada. 1995-2014 – Disponível também em CD-ROM. Entidade: IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>> acesso em 26 de outubro de 2019.

LOPES, Stenio. **SENAI, 50 ANOS**: retrato de uma instituição brasileira. Campina Grande: Off Set Marcone, 1992

MACHADO, Lucia R. de Souza. Educação e Divisão Social do Trabalho. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo. Cortês, 2002

MANGE, Roberto. **DE HOMENS E MÁQUINAS**: volume I. São Paulo. Senai, 1991

MARINHO, Gabrielle Silva. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA “S”**: avaliação dos programas educacionais em Fortaleza-CE. / 2012. Dissertação (mestrado) –

Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

MÜLLER, Meire Terezinha. O Senai e a Educação Profissionalizante no Brasil. Artigo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 189-211, dez.2010 – ISSN: 1676-2584

NARDELLI, Thaise. Vaidade, Uniforme e Graxa – As Relações de Gênero na Aprendizagem Industrial do Senai Pr. Dissertação. Mestrado em Tecnologia. Programa de Pós - Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Orientadora: Profa. Dra. Marília Gomes de Carvalho. Curitiba, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves (Org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. FGV, 1999.

PANSARDI, Marcos Vinícius. **REINTERPRETANDO O BRASIL**: da revolução burguesa à modernização conservadora. Curitiba. Juruá, 2009

PLAPLER, Denis. O Pragmatismo de John Dewey. Artigo. 27/06/2015. Disponível em < [http://www. Portaldoeducador.org/educadores/detalhe/denis-plapler/o-pragmatismo-de-john-dewey-de-nada-serve-aos-estudantes-utilizar-o-intelecto-para-memorizar-teorias-que-ver-ver-vinculadas-a-pratica](http://www.Portaldoeducador.org/educadores/detalhe/denis-plapler/o-pragmatismo-de-john-dewey-de-nada-serve-aos-estudantes-utilizar-o-intelecto-para-memorizar-teorias-que-ver-ver-vinculadas-a-pratica)> acesso em 05 de agosto de 2018

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Et al. **O BRASIL REPUBLICANO, VOL. II**: Sociedade e Instituições (1889-1930) – 2ª. ed. – Rio de Janeiro – São Paulo. Difel, 1978.

PRADO Jr, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense. 1986.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 28ª. ed. – Petrópolis: Vozes, 2003.

SENAI. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. SENAI. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1944.

SENAI. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. SENAI. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1945.

SHIROMA, Eneida Oto et al. Política Educacional. Rio de Janeiro. Lamparina, 2011. In **BATISTA**, Eraldo Leme. O Instituto De Organização Racional Do Trabalho - Idort, como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. Artigo. XII Jornada do HISTDEBR, ISSN 2177-8892, 2014.

SILVA, Sergio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. 7^a. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

SOARES, Manoel de Jesus A. As Escolas de Aprendizes e suas fontes inspiradoras. Forum Educ. Rio de Janeiro: out/dez. 1981

TREVISAN, Antônio Theolindo. SENAI – Paraná 50 anos – Curitiba. Champagnat, 1995.

WEINSTEIN, Barbara. (Re) formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. São Paulo. Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000

WIEDEMANN, Samuel Carlos. A educação profissional no Brasil e os limites e possibilidades da educação integral no ensino médio integrado no IFPR. Tese de Doutorado. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, 2018.